

DIREITO À CIDADE: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DE USO DO PORTO MARAVILHA

Aluna: Maria Carolina Coelho de Sousa Soares

Orientador: João Franklin Pontes Nogueira

Introdução

As mudanças ocorridas no Rio de Janeiro, principalmente na área portuária - agora conhecida como Porto Maravilha -, não só ocorreram estruturalmente, mas nos discursos das autoridades sobre essa área, sendo ligado a um movimento global de transformações (caracterizadas como neoliberais) que leva a formação de uma cidade global. Por outro lado, não são somente as revitalizações e as falas de governantes que produziram e produzem o espaço. Tendo em foco as práticas cotidianas dos habitantes, dos transeuntes e dos visitantes do Porto Maravilha, pode-se perceber que existe uma diferença entre como o espaço é planejado e como de fato ele é percebido e vivido por aqueles que o utilizam. Olhar as formas de utilização do local mostra que outros significados podem surgir do exercício do direito à cidade. O objetivo desse estudo é entender como as mudanças realizadas primordialmente no Porto da cidade do Rio de Janeiro, a partir das obras para as Olimpíadas de 2016, encorajaram - ou não - transformações em como se utiliza o Porto, e como o seu significado pode passar por alterações em termos dos discursos das autoridades e das práticas cotidianas (e espetaculares) dos que visitam, trabalham e/ou moram no Porto e seus entornos.

A partir da interpretação desse espaço, juntamente com o conhecimento dos discursos de *policy makers*, mapas, planos e documentos que embasaram as mudanças ocorridas, passa-se a entender como tal ambiente passou por modificações, tendo base reflexões anteriores [8]. Recorrendo a estudos prévios e a novos, a revisão de literatura, porém, não é o ponto principal do método usado. O que será utilizado com mais afinco serão as observações das práticas cotidianas e como elas podem redefinir os significados anteriormente dados ao local em teoria.

Dessa forma, o que o artigo procura argumentar é que a operação do dia-a-dia dá significado ao Porto. Não são, por exemplo, somente as leis que instituem projetos de captação de recursos, de transferência de investimento e de estabelecimento de segurança pública, mas como esses projetos são postos em prática: como o policial age no ambiente, como o morador age no ambiente (mesmo com as forças de poder que o segregam), como o trabalhador formal e informal caracterizam a área e como os turistas observam o Porto. São essas significações específicas, analisadas nos interstícios, que acabam por exprimir o que o Porto Maravilha é e o que ele não é, dependendo do tempo, espaço e interação realizada.

O caminho que esse Relatório terá, portanto, é, primeiramente, visitar algumas literaturas prévias, agrupando-as com novas. A partir dessa base teórica, antes de realizar o movimento argumentativo de conclusão do texto, serão expostos alguns relatos da pesquisa de campo - entendendo que as observações possuem certa particularidade de como a observadora se relaciona com aquele espaço.

1. Definindo as Cidades Globais

A fim de prosseguir com o trabalho anterior, esta seção tem o propósito de definir o que esse Relatório entende como Cidade Global. Para tanto, é necessário expor de antemão o que seria o urbano. Segundo Neil Brenner e Christian Schmid, o urbano não pode ser entendido como algo fechado, mas dinâmico, sendo parte de um processo histórico de concentração e extensão, não sendo algo homogêneo, mas que está em constante transformação. É com esse

cenário que Brenner e Schmid dizem que a urbanização passou a ser um fenômeno planetário, ofuscando a dicotomia rural/urbano [2].

Tendo esse pano de fundo do urbano, as cidades globais, segundo Simon Curtis, representariam um renascimento das cidades, a partir de mudanças na economia global e na ordem política global, as quais teriam iniciado na década de 1970, e seriam os motores da globalização. Elas agiriam como pontos nodais de uma rede mundial de cidades (regiões transnacionais), por onde fluxos globais – de capital, pessoas, materiais, bens, doenças, ideias, etc. - são dirigidos [3]. O nome teria sido dado, dessa forma, àquelas cidades que se destacam e são diferenciadas das outras por seu relativo poder e importância na política global.

A essa descrição, soma-se a realizada por Saskia Sassen, em seu livro *The Global City*, sobre a emergência das Cidades Globais. A autora idealiza sua tese a partir de três pontos. O primeiro seria a necessidade de “*novas formas de centralização para a gestão e regulação da rede global de produção e financeira, a partir da dispersão de fábricas, escritórios e serviços*” (tradução livre). Isso levaria a uma concentração nas principais cidades. O segundo, baseado no primeiro, é que “*as mudanças na centralização implicam na mudança do local de controle e gerenciamento*” (tradução livre) – além de centro bancário e comercial, têm-se agora firmas de serviço e outras instituições financeiras. Assim, as cidades globais seriam centros de finanças, serviços e gerenciamento global – como são, por exemplo, Nova Iorque, Londres e Tóquio, segundo a autora. O terceiro e último é ligado à geração de inovações, a qual “*as cidades globais teriam emergido como locais-chave para sua produção*” (tradução livre) [7].

2. Cidades Globais e as Relações Internacionais

A partir da definição anterior, expõe-se nesse momento a ligação realizada entre o estudo de Cidades Globais e a disciplina de Relações Internacionais (RI). Tal movimento é descrito pelo já mencionado Simon Curtis, expoente sobre o assunto, associando-o com os movimentos de globalização, financeirização e neoliberalização, e como esses todos produziram uma nova ordem global.

Segundo Curtis, ao datar das mudanças ocorridas na esfera internacional no século 21, realçadas pelos novos desafios transnacionais a serem enfrentados, o olhar tradicional das teorias das Relações Internacionais mostrava-se ultrapassado para respondê-las. É nesse cenário de emergência de uma ordem global, que deve responder a questões para além da soberania e não intervenção estatal, que emergem também as cidades globais. Assim, existiria uma importância para a disciplina, segundo Curtis, em acomodar as cidades globais em seu repertório conceitual a fim de tomar a visão de toda a transformação internacional contemporânea [3].

Ao argumentar que as Cidades Globais deveriam ser vistas principalmente como um fenômeno político, é sustentado pelo autor que elas teriam sido empoderadas e transformadas pela construção da economia de mercado global e pelas novas redes digitais. Esse fenômeno teria marcado a cidade como espaço onde se encontram os atores e locais da construção da globalização: a elite corporativa internacional, junto a migrantes e culturas de trabalho. A partir desse ponto de vista de novas infraestruturas, Curtis mostra como a tecnologia mudou os fluxos e expandiu o universo de cidades globais que compartilham de serviços globais, mesmo que aumentando a desigualdade dentro desses mesmos centros. Esse é o caminho que traça para mostrar como a lógica do neoliberalismo se reifica nas Cidades Globais – com privatizações e encolhimento do espaço público –, além da dependência delas em formas pós-industriais de atividade econômica. Ao “abrir a caixa preta” do Estado, Curtis muda a ontologia da pesquisa de RI. Esse movimento, junto a contribuições de Latour e Sassen, faz com que o autor conclua que a globalização não é sinal do declínio estatal, mas de um complexo redimensionamento, reorganização e reterritorialização do Estado.

É a partir desses pontos que Curtis atualiza o escopo das cidades globais na governança global (e não só globalização), como “instrumento” dos Estados em uma nova ordem global. Ou seja, Curtis afirma que a emergência tanto das cidades globais quanto da governança global são resultados da nova sociedade internacional de Estados do fim do século 20. Essa nova sociedade, que passa por uma revolução normativa, sendo relacionada com atores (como as cidades), passa a ter uma enorme interdependência, a qual é ligada a resolução de problemas transnacionais/ação coletiva, a partir de um ideal neoliberal. Essas, então, levam a novas práticas/formas de governança global, ligadas localmente à cidade [3]

Essas novas formas de governança, segundo o autor, levariam a um sistema no qual a autoridade política e a governança são compartilhadas por uma variedade de atores, não sendo uma anarquia nem uma hierarquia. A partir disso, portanto, o que estaria surgindo é uma nova ordem global, que é descentralizada e híbrida, tendo a participação das cidades na influência de resultados ligados à política, à economia e a segurança, inserindo-se na agenda internacional, e tomando para si alguns papéis historicamente ligados ao Estado. Entretanto, a cidade global não seria, segundo Curtis, um desafio para a agência estatal, pois essa impõe limites. Seria, portanto, um produto das estratégias estatais e da mudança na estrutura da sociedade internacional, mostrando-se como um sucesso do projeto neoliberal, sendo sua rede representativa da infraestrutura material que sustenta essa sociedade de mercado global, sendo um fenômeno contingente da produção de interdependência [3].

Coloca-se como necessária a exposição também do argumento de Sassen sobre o assunto. Em seu livro a autora vislumbra a importância das políticas de desregulação aplicadas pelos Estados, que ajudaram não só em um maior desenvolvimento dos sistemas urbanos nacionais, mas também a que essas cidades fossem centros nodais da nova economia global, virando objetos de investimento e aquisição estrangeira e local de concentração industrial, sendo espaço para a operação de empresas domésticas e estrangeiras. O que é conclusivo para a autora é que grande parte do novo crescimento se baseia em um enfraquecimento do Estado nacional - indo em oposição ao levantado por Curtis.

3. As cidades como pontos nodais

Essa seção tem por intuito dissertar sobre os argumentos utilizados por autores, tanto com olhar mais econômico - como Saskia Sassen -, quanto com foco mais social e dentro da área de Relações Internacionais. Ponto em comum, no meio de ontologias diferentes, é que se argumenta como as cidades, no momento presente, se tornaram pontos nodais dentro de um sistema global. O desenvolvimento da cidade pensada a partir de uma governança global é argumentado, no entanto, de perspectivas diferentes.

O livro de Sassen, *The Global City*, tem foco em três cidades: Londres, Nova Iorque e Tóquio. É importante citar, portanto, que a leitura de Sassen é feita a partir dessas cidades, porém as mudanças que ocorreram nas mesmas - que apesar de suas diferenças históricas (as quais são traçadas em grande detalhe no livro), possuem uma mesma classificação: elas são cidades globais - podem ser notadas nas “novas” cidades globais, mesmo não possuindo o mesmo nível econômico-estrutural dessas cidades, nem mesmo a base de ajuda de outras cidades, como essas possuem. Essas mudanças, dadas com a nova ordem econômica, teriam gerado uma nova ordem social nessas cidades - o que pode vir a ser estudado em relação a outras cidades.

A partir das descrições de transformações ocorridas nessas cidades e na ordem global (as quais ainda serão aludidas nesse relatório de forma a explicitar o argumento de Sassen), a autora pontua que haveria surgido uma hierarquia global de cidades a partir das finanças - mais do que por outros fluxos internacionais, composta não só pelas três cidades postas em evidência, mas também por aquelas que contribuem para o seu “sucesso” e são ligadas as mesmas por conta de fluxos de mercados financeiros e através das telecomunicações. Além

disso, em muitos aspectos, Nova Iorque, Londres e Tóquio funcionariam como um mercado transterritorial e, portanto, elas não competiriam apenas entre si para o mesmo negócio: elas também cumpririam papéis distintos e funcionam como uma tríade: as três seriam importantes centros bancários, de fluxos - ligado a possessão de moedas internacionalmente aceitas, e de um novo mercado: o imobiliário internacional. Por outro lado, Sassen expõe que existe uma descontinuidade na hierarquia urbana, a partir do crescimento baseado em orientação ao mercado global.

Porém, para fazer esse movimento, Sassen realiza alguns movimentos anteriores (expostos na segunda parte de seu livro). A autora questiona como as cidades se encaixam na globalização da atividade econômica, principalmente aquelas que se mostram como importantes para negócios e finanças, sendo territórios fundamentais para o controle e gerenciamento (esse último período é visto como uma das teses centrais no livro para a observação das cidades). Esses locais serão vistos, assim, como importantes para certos tipos de produção, serviço, marketing e inovação, além de serem vistos como centros neutros para a coordenação, aumento e consolidação de capital investido, e de territorialmente serem locais para a formação de um mercado imobiliário internacional. Essa envergadura de controle centralizado relacionado à cidade, portanto, precisa ser produzida, sendo a produção de uma vasta gama de serviços altamente especializados e de funções de gerenciamento e controle de alto nível central para o seu desenvolvimento.

Um dos mercados que Sassen dá mais importância e esclarece como potencial para a corroboração de um centro nodal é o de produtores - aquele que realiza serviços para os próprios detentores das máquinas ou, atualmente, para saciar as necessidades corporativas. Eles ajudariam empresas geograficamente dispersas, que podem vir a fazer uso de um mercado particular de serviços de produtores para todas as suas diversas divisões e sucursais. Outro aspecto citado por Sassen é o que Moss achou sobre a relação entre o crescimento dos mercados internacionais para finanças e comércio, a tendência das principais firmas se aglomerarem nas principais cidades, e o desenvolvimento de infraestrutura de telecomunicações nessas cidades [7]. Esse ponto pode ser ligado ao apontado no texto de Aiwa Ong (o qual será exposto a seguir), principalmente ao que tange sobre edifícios inteligentes, característica dada do atual complexo de escritórios em qualquer dessas principais cidades.

Por outro lado, segundo a autora, a recomposição industrial na base econômica das cidades globais não é simplesmente resultado da mudança geral de uma economia de fabricação para uma de serviço. Esse tese é dividida em três partes: as novas formas de centralização estão concentradas nas principais cidades; as mesmas formas levam a uma mudança no local de controle e gerenciamento; e a produção de inovações em serviços e finanças tem sido fundamental para a transformação da atividade econômica, sendo as cidades locais chave para esse tipo de produtividade.

Essa digressão nos faz voltar às três cidades - e vendo-as como uma tríade - e perceber a concentração das principais empresas e mercados nelas, o que teria aumentado, segundo Sassen, a importância (para essas instituições) em se localizar nas mesmas, levando a uma acelerada construção de projetos imobiliários. Além disso, a participação ativa de empresas estrangeiras como investidores e como compradores e usuários de imóveis contribuiu para a formação deste novo mercado. Assim, novos tipos de transações reforçaram e desenvolveram esse mercado, notadamente os novos tipos de investimento institucional, as novas formas de financiamento, e o surgimento de um crescente mercado hipotecário secundário administrado por bancos e corretores de investimento que negociam hipotecas, transformando os edifícios em commodities. Porém, isso também gerou um espaço territorial desigual, com disparidades entre o centro e o resto da região metropolitana.

A partir do histórico de crescimento econômico narrado no livro sobre o pós Segunda Guerra Mundial (intensidade de capital, padronização de produção e suburbanização), nota-se a criação de uma classe média ligada ao consumo em massa, além de uma massa de pobres que se deslocam para áreas antigamente vistas como centrais das três cidades exemplares - consequência da necessidade de moradia a ser dada para uma população crescente. Por outro lado, a situação presente se mostra de outra forma. O crescimento atual seria baseado, segundo Sassen, em um complexo industrial que não leva à expansão de uma classe média, mas ao aumento da dispersão na estrutura de renda e no poder de licitação das empresas e dos agregados familiares.

A crescente desigualdade no poder de licitação de espaço, de habitação e de consumo levou a crescente força de trabalho de baixa remuneração, empregada direta e indiretamente pelo setor central, a ter dificuldades cada vez maiores em viver nessas cidades. Isso levou, segundo Sassen, a redução da oferta efetiva desses trabalhadores e a um empobrecimento mais profundo de setores significativos da população. Outro ponto colocado para mostrar a desigualdade gerada é que os mercados não são mais focados no consumo final por pessoas, mas em mercados globais de capital e serviços - esses, segundo o livro, são os que formam a sociedade e a economia.

Dessa forma, o que teria ocorrido (e que viria a ocorrer) foi o desmantelamento generalizado do sistema o qual fornece medidas de segurança no emprego, benefícios para a saúde e outros componentes de um salário social para uma massa crítica de trabalhadores. Além, se debate a questão, a partir dos padrões sócio espaciais nessas cidades, das grandes mudanças e os fundamentos de uma nova concepção do espaço, utilizando-se principalmente do conceito de gentrificação. Outro ponto relevante diz respeito aos níveis de consumo dentro das cidades, a partir dessa nova alocação espacial e os níveis de empregabilidade. Percebe-se assim, como conclusão, que haveria um novo alinhamento de classe, e as cidades globais emergiram como uma das principais áreas para este desenvolvimento: elas contêm tanto os setores econômicos mais vigorosos quanto a polarização da renda mais acentuada, ao lado da crescente pobreza urbana.

Deve-se pontuar que Sassen também chama atenção para uma nova cultura do trabalho, que ela caracteriza como cosmopolita pelas condições de trabalho serem orientadas para o mundo, a partir do cenário da internacionalização das economias dessas cidades. Somado a esse movimento, haveria a emergência de uma “nova visão do que seria uma boa vida” [7]. Esta transformação é exemplificada pelo surgimento de boutiques e galerias de arte, além da mudança na residência ideal: não mais a “casa” nos subúrbios, mas um antigo armazém convertido no centro ultra urbano. A possibilidade que surge dessa visão é uma nova tática de geração de fundos: os promotores de imóveis adquiriram o “poder de valorização” dos artistas e tornaram-na lucro, a partir não só da residência em si, mas dos objetos dos artistas.

Já os capítulos do livro *Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global* de autoria de Aihwa Ong focam nessas outras localidades de Cidades Globais. As mudanças aqui explanadas são diferentes. O foco principal é dado às construções de alto valor, que projetam visões particulares do mundo, para serem do mundo. As cidades, vistas como vetores de histórias particulares, aspirações nacionais e fluxos de culturas, seriam os principais locais para o lançamento de projetos de conjuração mundial. Segundo Ong, as cidades asiáticas são “férteis”, não para seguir o caminho ocidental, mas para uma infinidade de experiências situadas que reinventam o que as normas urbanas podem contar como “globais”, e assim desafiam a divisão global capitalista e pós-colonialista que tentaria controlar esses esforços, buscando significância nessa hierarquia de cidades global - tão exposta por Sassen e a tríade Nova Iorque, Londres e Tóquio.

Ong, ao contrário do que poderia ser postulado sobre o argumento de Sassen, não olha para uma mesma forma econômica e política generalizada e mundial que realiza mudanças. A

autora procura observar esses processos particularmente, vendo a cidade como local de conexões diversas que mudam, sendo objeto de ações nacionais e globais. Assim, a cidade é mirada a partir de suas próprias iniciativas urbanas, que às vezes são esquecidas, mas que lutam por reconhecimento e buscam a “arte de ser global”.

Nessas circunstâncias que buscam o global, o modelo neoliberal, segundo Ong, se mostra como forma global, articulando essas experimentações situadas, sendo resposta para problemas técnicos, otimizando os efeitos. A proliferação dessas técnicas neoliberais contribui, assim, para a criação de um terreno urbano de empréstimos, apropriações e alianças imprevistas que atravessam linhas de classe, ideológicas e nacionais, mesmo que dependa da contínua reedição discursiva desses limites. Mas o que Ong tenta mostrar é que mesmo com esse modelo, as suas aplicações são particulares, e diferentemente das teorias de globalização e da geografia urbana hegemônicas (como por exemplo, a de Saskia Sassen e a de Mike Davis), e até mesmo em alguns aspectos das teorias pós-coloniais, não existe uma lei geral que responda a todas as cidades, além de serem deturpadas as soluções e desafios em cada uma dessas. Somente liberando a cidade de conceitos ligados ao capitalismo e à agência subalterna, que diferentes abordagens analíticas podem explorar métodos para explicar como uma situação urbana pode ser heterogeneamente particular e, ao mesmo tempo, global.

Dessa forma, e tendo Foucault em consideração, Ong vê as cidades como um meio de intervenção, no qual indivíduos, populações e grupos colocam em conjunção elementos e eventos que circulam além do próprio local, e que por esse meio da renovação das cidades, novos mapas políticos são desenhados. Essas intervenções, ou projetos e práticas, que possuem em alguma visão o mundo em formação nessas cidades, é o que o livro chama de “*Worlding*”, influenciado por Spivak, mas que não é algo geral, mas particular, antropológico. A partir também do pensamento de Deleuze e Guattari, além de Latour, “*worlding*”

“não se refere a um único processo político unificado, mas a diversas práticas de espacialização que combinam diferentes componentes que entram na construção de um sistema emergente. Se a cidade é uma rede viva e deslocadora, então as práticas de “worlding” são aquelas que se reúnem em alguns elementos externos e despacham os outros de volta ao mundo”. (tradução livre) [6].

Assim, não existiria também uma forma global de cidade, e sim diversas, que levam em conta soluções locais.

Uma das práticas de *Worlding* que Ong observa é a hiperconstrução, a partir de um entendimento de espetáculos urbanos, que levou a uma corrida na Ásia para a construção de prédios que evocam um “*sublime tecnológico*”, formando um novo regime cultural [6]. Essa noção é normalmente ligada ao capital corporativo como colonizador dos mercados urbanos. Porém, o que Ong expõe é que outras análises devem ser incluídas nessa visão, porque

“a soberania não é simplesmente apagada ou substituída pelo poder do capital, mas é reconfigurada através de uma variedade de processos e práticas cujos resultados não podem ser determinados a priori ou separados dos momentos situados em particular de formas particulares de emaranhamento”. (tradução livre) [6]

O que se propõe, portanto, é uma teoria da exceção soberana na formação de espetáculos urbanos para fins políticos e econômicos, vendo esses processos do capital não de forma passiva.

“Em outras palavras, o jogo da exceção permite a espetacularização do sucesso urbano, bem como da emergência nacional; isto é, dois modos de “hiperconstrução” (verbo e substantivo, respectivamente) que moldam o perfil urbano em concorrência com outras cidades a partir da especulação imobiliária e, no processo, configuram o espaço global da nação ou

configuram o espaço nacional soberano como um que também é enfático e intratável globalmente”. (tradução livre) [6].

Assim, o termo “hiperconstrução” é visto como uma prática de *worlding* e como um hiperespaço de soberania - representam o poder do país em uma construção. A abordagem de Ong, portanto, irá analisar o Estado e a promoção da hiperconstrução e tecnologias de espetáculo para fins políticos. O valor, portanto, dado a esses não vem do capital, e sim de relações sociais, econômicos e estéticos que tem um fundo político. A necessidade de reconhecimento mundial também se mostra como um desejo político. Por outro lado, essas tentativas de megaconstruções podem virar um problema político, a partir de o simbólico mostrar algo de perigoso sobre os governos - como o exemplo dado por ela, sobre a cidade de Dubai. Assim, as hiperconstruções mostram uma urgência política em criar uma identidade nacional moderna do país. Dessa forma, “*o espetáculo urbano central não é somente capital global, mas também poder soberano*” (tradução livre) [6].

Em perspectiva parecida a de Ong, Doreen Massey, no livro *Understanding Cities: City Worlds*, postula sobre a consideração das cidades como resultado de misturas não só históricas dentro delas mesmas, mas como espaços relacionados com geografias mais amplas. Utilizando a definição de Lefebvre sobre a função de monumentos para mostrar como os mesmos são espelhos coletivos e locais que levam ao reconhecimento, o texto mostra como a construção física dos mesmos podem expressar tanto a especificidade do lugar quanto os links com o mundo. Dessa forma, as cidades, como vistas pelos outros autores citados, se colocam como pontos focais intensos ou um nó de relações sociais no tempo e no espaço, sendo locais de mistura, reunindo histórias diferentes, a todo o tempo.

Massey utiliza o conceito de cidade global a partir da definição de Sassen. Porém, Massey expõe algumas considerações sobre a mesma para a exploração sobre cidades feita no livro. A primeira, que bancos e finanças nem sempre foram as conexões mais poderosas entre as cidades. Em segundo lugar, a existência de muitas outras formas de poder com suas próprias redes e suas próprias hierarquias e distribuições de controle ou influência. E por último, que nem todas as redes precisam assumir a forma de hierarquias com os centros de comando no topo. O que Massey expõe é que pode haver redes que sejam mais lisas, ou mais igualitárias, ou que funcionem mais simplesmente como canais de intercâmbio, comunicação e facilitação iguais, como também era argumentado por Ong.

Assim, o que a autora conclui é que existem inúmeras redes de poder e influência, e que eles não se encaminham apenas um para o outro. Essas redes, assim, se diferem em termos dos tipos de poder social que eles carregam, bem como dos números influenciados e do grau e natureza dessa influência. Tendo esse cenário em mente, as cidades têm diferentes redes, com diferentes posições nelas, e variando em influência, podendo mudar ao longo do tempo. Ou seja, existe uma multiplicidade de sistemas e interconexões que dão forma as hierarquias, não existindo, portanto, um único sistema mundial e de uma única hierarquia global de cidades.

De igual modo, a cidade é posta como algo que não pode ser entendida de forma singular, principalmente com os níveis de interação que se tem dentro delas. Tendo essa base, o que se coloca é que a conexão com as redes não necessariamente leva a conexão da cidade como um todo com a mesma - ou seja, existem exclusões dentro da cidade em torno dessas conexões com o fora. O exemplo exposto para mostrar tal divisão é o da globalização econômica, que deixa na mão de poucos um poder imenso de controle. Dessa forma, as cidades, tanto individualmente, como nas relações entre elas, são fenômenos espaciais, sendo resultado de relações sociais, inclusive das exclusões.

Lembrando-se dos ritmos e movimento diários das cidades que codificam e dividem o espaço, percebe-se que dentro dessa intensidade generalizada podem-se detectar distintos espaço-tempos, que podem se encontrar e afetar um ao outro, de forma desigual. Assim, a abordagem para olhar a cidade se desenha: olhar as mesmas em termos gerais de uma

complexidade de conexões, que incluem e excluem, observando também as reais interações entre as cidades, vendo esse sistema global como algo de movimento, fluidez e mistura (que leva a não possibilidade de se fazer planos formais iguais para uma governança urbana das cidades). Mesmo com a posição de que com a globalização se tem a percepção da constituição de espaços de fluidez, com a quebra de fronteiras, Massey mostra que existe esse outro lado: ainda existem diversas barreiras sendo criadas, a partir de relações de poder, negociando movimentos populacionais - principalmente a partir de um pensamento neoliberal, que atua inclusive na estrutura física da cidade.

Seguindo as perspectivas de ver a o renascimento da cidade como ponto nodal na economia globalizada - em oposição a tendências que falavam da evaporação da cidade -, o artigo de Ash Amin e Stephen Graham, *The Ordinary City*, objetiva entender as implicações das políticas urbanas, uma vez que se entende que as cidades estão se tornando mais importantes como os principais centros criativos, de controle e culturais dentro da dinâmica econômica, cultural e social globalizada. Ressaltam-se no texto as já citadas complicações da natureza da cidade e como ela é uma construção e uma exclusão. Um dos movimentos importantes é a constatação que o “cara-a-cara” somente ministrado dentro de uma relação de proximidade, passou a ajudar as decisões econômicas, de forma a aumentar a importância das cidades. Conclui-se disso - e de outras práticas - que as cidades passam a mudar a partir das próprias oportunidades e vitalidades da vida urbana.

Ponto dos autores que se conecta com as escritas de Ong e Massey é que mesmo que essa observação que as cidades são pontos nodais - e que podem oferecer lições para outras áreas urbanas - existe um perigo metodológico em generalizar demasiadamente de um ou alguns exemplos, ou em enfatizar espaços particulares, senso de tempo e representações parciais dentro de uma mesma cidade. Como exposto “*A cidade funciona tanto como uma vila medieval com o equivalente a habitantes do século 13 e uma rede global de comerciantes 24 horas*” (tradução livre) [1]. Com essa crítica em mente, os autores colocam a necessidade de se construir análises multi-dimensionais, que admitam a existência de representações paralelas e conflituosas. A cidade, portanto, deveria ser considerada como um conjunto de espaços onde diversas faixas de teias relacionais se aglutinam, se interconectam e se fragmentam.

Aqui, quatro dimensões são colocadas como importantes a serem vistas. A primeira, ligada ao cara-a-cara e a multiplicidade de tempo-espaços da cidade. A segunda, da densidade da cidade, principalmente ao que tange os fluxos de conhecimento. Outro ponto descreve a importância da heterogeneidade urbana - sua complexidade e hibridez. O último sobre as diferenças de políticas urbanas, da hierarquia e da governança urbana mundial.

Ao apontar a terceira dimensão, Amin e Graham citam Callon e Latour e a teoria ator-rede. Enfatiza-se, portanto, a necessidade de abordagens totalmente contingentes e relacionais para a “ordenação” social e para a configuração de técnicas artefatos. Nessa perspectiva, o ordenamento social ocorreria por meio de esforços complexos de seres humanos e não humanos para envolver outros atores por meio de ações performáticas que são fundamentalmente heterogêneas e impossíveis de generalizar [1].

Essencial ao trabalho aqui tecido é a argumentação sobre os projetos de espetáculo das cidades. Obras públicas glamorosas, festivais, exposições, espaços comerciais “temáticos” e grandes projetos de recuperação tendem, segundo os autores, a fornecer apenas uma ilusão temporária de unidade urbana e um senso de lugar populista. Seriam eles produtos de regimes de projetos urbanos, formados por arquitetos, planejadores, especuladores financeiros e de construção, e grandes interesses corporativos, para quem a unidade urbana é primariamente uma questão de discutir problemas e divisões sociais urbanas reais, no qual os investimentos das classes de especialistas e dos gastos do consumidor poderiam retornar à cidade.

Por outro lado, o que se ressalta é que se deve ver a cidade de outra forma. Ela não seria tecida por esses espetáculos, mas pelas práticas sociais do dia-a-dia. São a partir delas que a vitalidade social e as culturas de socialização, conversa, negociação e compreensão são produzidas. Os espaços públicos, portanto, seriam os locais que permitem conceituar e representar a cidade - para fazer uma ideologia de sua receptividade a estranhos, tolerância à diferença e oportunidades para entrar em uma vida plenamente socializada, tanto cívica quanto comercial.

A dialética da interação social e do confronto cultural em espaços compartilhados se torna uma fonte potencial de inovação e criatividade. Outra dialética, agora entre Estado e empoderamento civil, também é colocada como importante para a criação de políticas de planejamento urbano mais inclusivas. Nessa dialética, o que se torna importante são os espaços sociais do interstício, nos quais as ideologias dominantes tem menor influência, e que potencialmente são espaços de resistência. Para os autores, o reconhecimento da política confusa dos interstícios - a política de projetos e alternativas "subalternas" - é essencial para imaginar a mudança social em sociedades nas quais os circuitos oficiais - estado, econômico e cívico - atuam como restrição.

4. As cidades e as Nações Unidas

Tendo em vista a última seção mais argumentativa, a que segue possui o intuito de explicar brevemente o reconhecido atualmente pela instituição internacional a qual trata de assuntos de governança global, associando ao seu escopo de trabalho e nível de comunicação em seus fóruns. O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) foi estabelecido no ano de 1978, sendo uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por objetivo, através de Fóruns, Pesquisas, Trabalho de Campo e Construção de Agendas, endereçar os problemas relacionados às cidades, criando propostas que melhorem a vida das populações que nelas habitam, e construindo boas soluções para os países em escala local. A primeira Conferência da agência - a qual lhe deu origem - foi nomeada de Habitat I. Em 1996, foi realizada a Habitat II. Possuindo localização em Quito, Equador, foi realizada em 2016 a Habitat III, com nome por extenso de Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a qual apresenta uma Nova Agenda Urbana.

Os pontos da Agenda seguem as perspectivas da ONU, se alinhando, portanto, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), principalmente o de número 11, sobre cidades e comunidades sustentáveis. O objetivo da Agenda, portanto, é endereçar um futuro sustentável nas cidades, de direitos iguais e acesso a benefícios e oportunidades. O meio para atingi-lo seria através das cidades e dos espaços urbanos (que não são a causa, mas a solução para os desafios para chegar a esse objetivo). Os instrumentos a serem utilizados seriam as políticas urbanas nacionais, a legislação e a regulamentação urbana, o planejamento e o desenho urbano, a economia local e as finanças municipais, além da implementação local. A agenda também aponta quem deve realizar todo esse movimento: os níveis de governo, do nacional ao local; as organizações da sociedade civil; o setor privado; os grupos constituintes; e a toda a sociedade civil [9].

5. Documentação empírica sobre o Porto Maravilha

Os relatos que se seguem foram feitos do ponto de vista da pesquisadora, de forma que os mesmos retratam o olhar da mesma sobre o espaço. Esse olhar foi mudando ao longo do tempo. Como se verá, alguns relatos são anteriores ao começo do estudo, quando a autora não possuía a leitura do material acima exposto (nem mesmo do material utilizado em publicações anteriores), e outros são recentes. Assim, o próprio testemunho pode ter mudanças, com o maior contato com as literaturas, com o ambiente, com as pessoas que no Porto circulam ou

moram. Deve-se citar, a fim de delimitar a pesquisa, que o corte espacial da mesma leva em conta a extensão do Porto, desde a Praça XV, passando pela Praça Mauá e seus entornos (como, por exemplo, o Morro da Conceição), caminhando os trilhos do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) até o AquaRio, passando também pela Praça da Harmonia e das subidas que levam ao Morro da Providência.

A) Observação do Porto Maravilha em 2014 e 2016 - antes do começo das pesquisas

Minha primeira visita ao Porto, no começo das suas obras, foi durante meu último ano do Ensino Médio, com o Museu de Arte do Rio (MAR) já inaugurado. Naquela época tudo era muito vazio. Cheguei à Praça Mauá pelo Morro da Conceição, passando pela Pedra do Sal. Fiquei surpreendida com as novas lixeiras, que apresentavam uma nova tecnologia que facilitava o recolhimento pelos caminhões. Algo ali me remetia muito ao que tinha visto e lido sobre as mudanças ocorridas em Barcelona, outra cidade olímpica. Fiquei mais consciente dessa semelhança quando percebi a mudança da Rua Sacadura Cabral, primeira paralela ao Cais do Porto. Com diversos bares – de “pé sujos” ao conhecido Angu do Gomes – e casarões imensos que deram lugar a boates estrangeiras (como a “The Week”) e espaços de festa, a Rua se mostrava - e se mostra - envolvida por uma massa de cariocas vindos de todas as partes do Rio todos os finais de semana. Isso sem contar com os armazéns do Píer, palco de casamentos, festivais e festas de empresas.

Visitei o MAR em março de 2016 e mesmo que, infelizmente, algumas partes estivessem fechadas – tanto para mudanças de acervo, quanto para um evento que estava ocorrendo no dia -, lembro-me de ficar encantada com o que vi. Começando com a arquitetura do prédio, que mantêm o passado, mas se liga pelo teto com o presente. Dentro do museu, todas as exposições, incluindo as temporárias, remetiam ao Brasil, seja ele o atual ou antigo. À época, o museu do Amanhã já havia inaugurado. Sua fila, porém, era tão longa, que resolvi não me aventurar. A Praça Mauá estava razoavelmente cheia, mas só ali que se mostrava o movimento do Porto.

B) Observação durante as Olimpíadas de 2016

Com o intuito de ver as ações que estavam sendo feitas por patrocinadores e afins, além de ver o VLT funcionando, fui ao Porto durante as Olimpíadas. Mesmo permeando um amplo espaço com um número enorme de visitantes – desde o último armazém, onde ao lado se encontra o AquaRio, passando pelos museus e indo até a Praça XV -, era relativamente fácil de andar (tirando a passagem pela área militar, que era muito pequena para o fluxo de pessoas). O Porto Maravilha, então, estava todo completo, com *food trucks*, lojas, espaços de entretenimento, grafites, etc., além de claro, shows e telões que passavam todos os jogos olímpicos.

C) Observações em 2017

Chego as minhas visitas atuais, portanto, com certo conhecimento e pensamento do local. Somado a isso, minha experiência como vegetariana, mas ao mesmo tempo vindo de uma família de pescadores: essa é a base para minha ida ao AquaRio. Mesmo sendo contra a existência de aquários em geral, já havia visitado outros aquários, e o AquaRio, mesmo se mostrando como uma cópia, ainda mantêm sua própria identidade – a arquitetura do prédio foi revitalizada, o que mantêm a figura desse espaço do Rio. Sempre pensei que grandes cidades tinham que ter certos tipos de espaços, e como aquários estão mais presentes na minha vida, eles seriam parte dessa reprodução - mesmo que o preço da entrada fosse de 80 reais, tirando o acesso de diversos visitantes, principalmente aqueles que moram perto da região. Nesse mesmo dia, tive a experiência de andar de VLT pela primeira vez. Fiz o trajeto Carioca –

AquaRio – Carioca, e mesmo sendo relativamente caro pelo trajeto curto (R\$3,80 à época cada entrada), estava bem cheio, principalmente na área dos museus.

Minha visita ao museu do Amanhã ocorreu dias após. Já havia escutado diversas críticas ao museu, mas fui aberta para a interação. Fui sem ingresso comprado por ser dia de semana, mas mal esperei na fila. Preferi começar o museu pela exposição que não era da parte principal, mas que dialogava perfeitamente com ela. Nomeada “Hackear o Rio”, a exposição me levou a associações com literaturas feitas, principalmente as de Simon Curtis, que vão para além da constituição neoliberal de cidade, possuindo outro olhar no qual os próprios cidadãos podem quebrar ou reinventar esse paradigma.

O acervo principal do museu mostra diversas fases da constituição do planeta e da vida humana, sempre com muita informação e interação, seja ela com painéis com fotos do mundo inteiro, seja ela através de telas *touch screen* nas quais o visitante tem acesso através do cartão que lhe entregam na entrada, dando a oportunidade de enviar ao seu e-mail pessoal toda a documentação produzida no museu. A exposição em si acaba levando qualquer um a se questionar do Amanhã – ou hoje? – e do que cada um pode fazer para salvar o mundo. O museu em si como conteúdo, nome, arquitetura e objeto mostrou-se para mim como reificação da cidade global. Para além dessa postulação mental, ao sair do museu pelo seu “lago”, me deparei com uma porta com escritos largos C40, me levando a essa conclusão.

D) Relatos sobre a visita ao Morro da Providência

Mesmo com visitas entre a minha ida ao Museu do Amanhã e esse relato, creio que elas foram semelhantes às anteriores. Buscando sempre entender as formas pelas quais os visitantes, transeuntes e moradores utilizam aquele espaço, foi somente com o “Rolé dos Favelados”, evento criado através da rede social Facebook, que consegui visualizar a literatura crítica dos interstícios e as formas pelas quais os “excluídos” conseguem se impor ao lado daquele planejamento urbano que não foi desenhado para eles - o que será a conclusão desse trabalho.

O evento, chamado “Rolé dos Favelados - Zona Portuária - Revitalização do Porto?” foi marcado para o dia 23 de setembro, às 10 horas, na Praça da Harmonia, com os guias Cosme (guia de turismo e morador do morro da Providência) e Cíntia (também moradora, atuante na Zona Portuária e criadora do coletivo Entre o Céu e a Favela). A Praça da Harmonia localiza-se no final da Rua Sacadura Cabral (que possui início na Praça Mauá), aos pés do Morro da Providência, e conta com uma estação de VLT, que se encontra ao lado do Moinho Fluminense. Até esse dia, meu conhecimento da Sacadura Cabral acabava na Rua Barão de Tefé. Ao passar a mesma, vi diversos casarões parecidos com os que eu já conhecia da Sacadura, porém alguns com menos estrutura, mas todos tombados pelo patrimônio público. Passei também pela entrada do Hospital dos Servidores Públicos, por um mural no qual se poderia ver todos os políticos com nomes na Operação Lava-Jato, e por comércios locais.

A conexão do grupo foi amigável, independente da heterogeneidade de experiências pessoais. No meio de apresentações, Cosme falou que havia sido preso no dia anterior, por “desacato à autoridade”, após ter ido ajudar um vendedor na Central do Brasil que teve seus produtos apreendidos. Cíntia também expôs a dificuldade de se voltar para casa após um dia de praia, e dos encontros entre os policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e meninos brincando com os mesmos e sua ineficiência - que poderia ter levado à coação, se não fosse a presença de outros moradores no local.

Começamos o passeio pela própria praça, com as histórias de movimentos negros em busca de cemitérios de escravos pelo Porto, achando ossadas quando se tinham obras nos casarões, como por exemplo, em uma propriedade do Clube de Regatas Vasco da Gama perto da Praça da Harmonia. Fomos andando pela Rua Sacadura Cabral, com Cosme e Cíntia expondo a história das casas de engorda e de banho, que alimentavam e davam banho nos

escravos para os mesmos serem vendidos. Também falaram sobre o preço dos imóveis atualmente, que ficam na faixa entre 30 a 40 mil reais de aluguel, com a venda acima de 1 milhão de reais, sendo sua maioria muito precária, como já exposto. A própria Cíntia falou sobre a sua dificuldade em conseguir um imóvel desses para o seu Coletivo, e se indignou ao passarmos por um casarão que à época tinha sido ocupado por jovens artistas, que ela dizia serem da Zona Sul, e que não tinham sido expulsos, até aquele momento.

Outro comentário feito pelos dois foi sobre o caminho do VLT, e como ele não passaria pelo Morro da Providência para buscar moradores, mas passaria vazio por uma parte do Morro - o qual eles imaginavam que teria grandes chances de traficantes o alvejar, principalmente em retaliação a essa não passagem e ao fechamento, com tijolos em sua entrada, do teleférico, meses antes desse Rolé. Além disso, Cíntia comentou sobre ser uma mediadora do diálogo entre os policiais da UPP e o tráfico, principalmente sobre o encontro entre os dois, as conversas com a Associação de Moradores e a realização de baile funks - que pela não aceitação dos próprios moradores, começou a ser pago pelo tráfico através de “arrego” aos policiais.

Fomos andando pela Sacadura Cabral até a Barão de Tefé, quando fomos ao Cais do Valongo, e depois subimos o Morro da Providência pela entrada na frente do Jardim Suspenso do Valongo e da sede histórica dos Escravos da Mauá, um bloco de carnaval. Nessa parte do Morro em que subimos, conseguimos ver diversas casas que remetem o tempo colonial, e vemos exatamente onde começam as moradias mais precárias. Além disso, vemos o alto prédio onde reside a empresa *L'oreal*.

Fizemos ali algumas fotos dos grafites feitos por artistas nacionais e internacionais, com a participação de moradores da favela. Porém, a história do evento não foi tão otimista assim: sendo uma proposta dos projetos da comunidade - como o da Cíntia -, do MAR e dos próprios artistas, um primeiro evento foi marcado para ocorrer no museu, e o segundo, esse que gerou as fotos abaixo. O que aconteceu no MAR foi amplamente divulgado, mas quando passaram para o evento que seria realizado no Morro, a administração do museu não o divulgou, alegando que não poderia expor seus visitantes a locais não seguros.

Ainda nessa parte, sentamos um pouco para descansar - estava um dia muito quente -, e o Cosme indagou para os presentes o que era favela. Senti-me um pouco acuada de responder, mas ele mesmo pediu para não ficarmos, principalmente porque o objetivo foi contar o histórico da Providência, a primeira favela do Rio. Como nessa parte do Morro a maioria das casas é ainda do estilo colonial, elas não “pareceriam” com uma favela. Nesse mesmo momento, um morador passou, dizendo que aquela área não era favela até o começo das obras do Porto, mas que agora era. Sua justificativa era associada com a descida do tráfico para aquela área, que anteriormente só ficava na parte de cima do Morro.

Descemos o Morro e voltamos pela Rua Camerino até a Sacadura Cabral, passando pela Casa da Tia Ciata, onde foi criado o primeiro samba. Do outro lado da rua, o número 22 pichado algumas vezes chamava atenção, e Cíntia comentou sobre a morte de uma criança naquele local, sem motivos, por policiais que passavam com uma viatura, e que não haviam apurado o crime.

Fomos andando pela Sacadura Cabral até a Pedra do Sal, onde Cosme contou mais sobre a história do local e sobre samba. Fomos andando por uma rua de dentro, onde estava tendo venda de produtos, como biscoitos e salames por preços duvidáveis. Cosme foi fazer umas compras, enquanto Cíntia falava sobre a possibilidade dos mesmos serem fruto de roubo de cargas. Depois continuamos até uma feirinha que estava ocorrendo na Praça onde se localiza o Angu do Gomes. Já bem familiarizados, todos fomos ver um pouco do que estava sendo vendido, mas questionaram quando começou uma música eletrônica ao lado de um local onde se encontra a Estátua de Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra do Theatro Municipal. Para o fim da nossa visita, seguimos para a Praça Mauá, e paramos em frente ao

MAR. Podemos ver a quantidade de visitantes nesse espaço e, claro, a quantidade numerosa de policiais e agentes do Centro Presente - que antes não havíamos visto.

E) Observações durante a Copa do Mundo

Reconhecendo a tipicidade do que é um jogo do Brasil sendo visto na rua de uma cidade brasileira, pode-se dizer que nada fora do comum ocorreu. O espaço do Porto, nominado de Boulevard Olímpico, não foi criado somente para andar de um armazém ao outro, onde na época das Olimpíadas os patrocinadores dos Jogos possuíam *mega stands*. Aquele local, como agora também assim planejado, foi feito para assistir Jogos também. Após dois anos das Olimpíadas, acredito que somente agora o espaço possuiu público semelhante, porém contraído somente na Praça Mauá.

Com um telão um tanto pequeno, a multidão se aglomerava para ver o jogo. O patrocinador, uma marca de cerveja, vendia seus produtos em um espaço não condizente com o número de possíveis consumidores. Ambulantes com carrinhos não estavam entrando na área. Polícias militares, guardas municipais e policiais ligados à Operação Centro-Presente estavam em vigia. Para tentar “burlar” (o termo entre aspas expõe dúvida se a não entrada era alguma regra, ou se era devido a grande quantidade de pessoas), ambulantes usavam mochilas e vendiam cervejas a preços iguais ou mais baratos que as do patrocinador.

A multidão era composta pelas mais diferentes classes. Alguns estavam vidrados no jogo, outros preferiam conversar e beber, outros tentavam se locomover com o intuito de conseguir ver o telão sem ter uma árvore em sua frente - mesmo com tão poucas na Praça Mauá. Nas comemorações dos gols, a exaltação “natural”: pular, berrar, jogar a cerveja para o alto. No intervalo, era possível sentar no chão/gramado perto do Museu do Amanhã. Os banheiros colocados pelo patrocinador se encontravam no Armazém na frente do MAR. Porém, pela quantidade de expectadores, os mesmos ficaram lotados, sendo preferível pelas pessoas utilizar a própria rua.

A volta pela Avenida Rio Branco foi um tanto vazia, dada a dimensão do número de pessoas que ali estavam presentes. Muitos continuaram na Praça Mauá para assistir à shows que teriam embaixo daquele telão - no dia, seria o show dos Paralamas do Sucesso, mas a cada jogo do Brasil, o artista era alguém novo. Os que foram embora conseguiram pegar um caminho tranquilo, com aparente normalidade de circulação de ônibus e metro. O VLT, por outro lado, encontrava-se parado, tendo em vista que passar pela Praça Mauá não era um feito possível.

6. Conclusões - Direito à cidade: um olhar sobre as práticas de uso do Porto Maravilha

Após a revisão de literatura, ressaltando a importância do trabalho passado e incorporando novas perspectivas e críticas; e, principalmente, os relatos das vivências no Porto Maravilha, essa seção tem como intuito concluir, a partir desse olhar empírico, como as práticas de uso desse local mudaram as formas pelas quais fora idealizada sua utilização por *policy makers*. Os interstícios - ou como o nome da exposição do Museu do Amanhã, os “hackeamentos” - são de extrema importância para entender como ocorre a significação do espaço, de forma que estará para além de discursos de cidades globais fixas, mas cidades que mudam a partir de como se faz viver o direito à cidade.

Mesmo que não tenha sido ponto tocante a esse Relatório, o direito à cidade é dado pelo UN-Habitat, e fora trabalhado anteriormente, principalmente com citações de David Harvey e Henri Lefebvre. O direito à cidade não é somente algo dado, mas algo lutado e vivenciado todos os dias pelas práticas que os cidadãos - incluídos e excluídos pelo sistema - possuem em seu espaço-tempo urbano. Citado desde Sassen - que possui um olhar econômico e voltado para hierarquias globais de cidades -, as cidades, além de serem vistas como pontos nodais, são entendidas também como locais que são demarcados pelas exclusões. Por outro lado, o

que vemos a partir de Ong e Massey, mas principalmente com a perspectiva de Amin e Graham, é que essas exclusões não devem ser invisíveis. Elas precisam ser vistas e não dadas como seres que são bloqueados pelo sistema, mas cidadãos que lutam por seus direitos - principalmente, o direito à cidade.

A partir das leituras do espaço, possuindo ou não conhecimento prévio, os relatos aqui expostos mostram que diferentes significações podem surgir a partir de novos olhares sobre o Porto. Entender o Porto como resultado de um projeto de cidades limpas e globais, que engloba a arquitetura de prédios, como aqueles de empresas, o AquaRio e o Museu do Amanhã, é diferente de entendê-lo a partir daqueles que lá habitam há anos, e que foram desconsiderados de toda essa obra. Assim, olhar para a exclusão como interstício da significação do Porto é entender como essas pessoas, e outros transeuntes que ali vendem artigos piratas ou são simplesmente ambulantes, produzem o significado diário desse local, e não os projetos que procuraram revitalizar o local.

Não se deve retirar, porém, que as ideias por trás dos projetos foram ali construídas. Porém, como visto, os tempo-espacos são diferentes e se encontram pela cidade - até mesmo em um local tão pequeno considerando o Rio de Janeiro como um todo. Desde uma perspectiva de mudança de um Rio Antigo - grande caracterização que dão ao Centro - para um Rio renovado, ligado a transformações de uma economia global e de idealizações em fóruns internacionais de obras que podem ser realizadas para lograr maior investimento naqueles espacos, até um olhar de como alguns cotidianos passam por cima ou são vivenciados ao mesmo tempo, porém de forma diferente, no mesmo local, mostram como o Porto Maravilha é significado pelas formas que os que andam por ele o entendem - e não tão somente os policy makers que o nomearam assim.

Conclui-se desse estudo, portanto, que as mudanças ocorridas no Porto do Rio de Janeiro para as Olimpíadas não podem ser somente entendidas como a construção de um espaco do neoliberalismo. Mesmo que assim ele possa ser visto, tanto como local que resinifica um ideário de Cidade Global para o Rio de Janeiro, como um local de exclusões, o Porto também pode ser entendido como local de práticas de empoderamento e resistências em suas fragmentações. São as práticas, como o “Rolé dos Favelados”, os bailes funks, os jogos, as festas, as visitas, os protestos, e toda a vida cotidiana que significam o Porto Maravilha - e toda e qualquer cidade. Mais do que entender os fluxos globais que um Porto, entendido desde seus originários, pode vir a dar, são os fluxos que ocorrem dentro da cidade, e dentro desse espaco, que são necessários de serem vistos para entender a funcionalidade, divisões e lutas dentro da cidade.

Referências

- 1 - AMIN, Ash; GRAHAM, Stephen. **The Ordinary City**. Transactions of the Institute of British Geographers, Vol. 22, No. 4 (1997), pp. 411-429
- 2 - BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. **The ‘Urban Age’ in Question**. International Journal of Urban and Regional Research 38, no. 3 (2014): 731-55.
- 3 - CURTIS, S. **Global cities and Global Order. the transformation of the International System**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-874401-6
- 4 - FONSECA, Vivian. **Narrativas sobre legado na década dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro: Dos Jogos Pan-americanos 2007 às Olimpíadas 2016**. In: SEMINÁRIO LEUS-2017. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 22 ago. 2017.
- 5 - MASSEY, Doreen; ALLEN, John; PILE, Steve. **Understanding Cities: City Worlds**. United Kingdom: Taylor & Francis e-Library, 2005. ISBN 0-415-20069-5 (hbk) - ISBN 0-415-20070-9 (pbk)

- 6 - ROY, Ananya; ONG, Aihwa. **Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global**. United Kingdom: Blackwell Publishing Limited, 2011. ISBN 978-1-4051-9277-4 (hardback) – ISBN 978-1-4051-9276-7 (paperback).
- 7 - SASSEN, S. **The Global City**. Princeton, New Jersey : Princeton University Press, 1991. ISBN 0-691-07866-1
- 8 - SOARES, Maria Carolina C. S.. **Espaços do Neoliberalismo no Porto Maravilha**. Rio de Janeiro: CNPQ, Relatório Anual do PIBIC, Pontifícia Universidade Católica, Instituto de Relações Internacionais, 2017. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/IRI/REL-Maria%20Carolina%20Coelho%20de%20Sousa%20Soares.pdf>. Acesso em: 29 jun 2018.
- 9 - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **Nova Agenda Urbana**. Quito, 2017. ISBN: 978-92-1-132757-1